

”

UMA CONVERSA SOBRE DISPOSITIVOS

José Luiz Braga

ensaios ”



PPGCOM • UFMG

”

UMA CONVERSA SOBRE DISPOSITIVOS

José Luiz Braga

ensaios ”



PPGCOM • UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques
Sub-Coordenador: Eduardo de Jesus

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Nísio Teixeira

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB UFBA)	

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

B813c Braga, José Luiz
Uma conversa sobre dispositivos [recurso eletrônico] / José
Luiz Braga. – Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-00-7

1. Comunicação social - Pesquisa - Brasil. 2. Comunicação
de massa. 3. Tecnologia e informação. I. Título.

CDD 302.23

Elaborado por Maurício Armormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2020.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO

Lucas Henrique Nigri Veloso

| Sumário

UMA CONVERSA SOBRE DISPOSITIVOS	9
Preliminar	9
Introdução	10
PARTE I – PALESTRA	13
1. Sentidos de “dispositivo”	13
2. O conceito foucaultiano	15
3. Conversas, palestras, artigos	17
4. Derivações e transferências	18
5. Códigos e Inferências	21
6. Agamben	23
PARTE II – COMENTÁRIOS E QUESTÕES	27
7. A questão da operacionalização	27
8. Processualidades & Dispositivos	31
9. Ênfase no discurso?	33
10. Espaço e temporalidade	35
11. Continuidade conservadora	37
12. Uma perspectiva ampliada do conceito	41
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	47

Uma conversa sobre dispositivos

JOSÉ LUIZ BRAGA

Preliminar

Em 2019, convidado a participar de uma banca de arguição de tese no PPG em Ciências da Comunicação da UFMG, tive o convite complementado pela proposta de uma conversa com colegas que, como eu, têm estudado o conceito de dispositivo.

Tomando ao pé da letra a expressão “conversa”, lá fui eu, munido apenas de minhas ideias esparsas. Talvez um pouco organizadas, por ter publicado recentemente um artigo (Braga, 2018) em que apresentei uma interpretação do conceito de Foucault e algumas derivações para a área de Comunicação – mas fui sem roteiro nem maiores preparos: o bom de uma conversa é a espontaneidade dos semi-improvisos, estimulados pela variedade de falantes.

Recebido pela Profa. Ângela Salgueiro, coordenadora do PPG, fui levado à sala da conversa – que se verificou ser um auditório, com um grupo de professores/as e estudantes, diante dos quais nos sentamos a uma mesa, como habitual nesse tipo de ambiente, um pouco mais elevada que as cadeiras em plateia.

O que me restava era transformar a conversa em palestra, assim de improviso. Cuidei de esclarecer a situação, como defesa prévia para os

descaminhos de uma oralidade não roteirizada. Depois de “conversar” sobre os ângulos da questão que me ocorreram como mais pertinentes, os comentários e perguntas trouxeram, para minha tranquilidade, um elemento próximo da conversação. Essa parte, com os comentários de colegas e estudantes, ajudou a dar um rumo à interação.

Outra questão é a que se põe agora, com o presente texto. Como é frequente, colocou-se a ideia de uma publicação correspondente. Ora, quando fazemos uma palestra, geralmente temos um roteiro prévio, que assegura a estrutura de base para o texto. Mas como reportar uma conversa? Acrescento a essa dúvida genérica o fato de que a transcrição enviada atestava o nível de oralidade dispersa, já presumível.

Por outro lado, os apontamentos dos comentários me sugeriam ângulos merecedores de desenvolvimento reflexivo – alguma coisa dita no momento, e sobretudo pensada depois, na leitura da transcrição.

Tenho aí, portanto, a justificativa para esse texto. Além da necessidade de revisão das coisas ditas, observo que o próprio episódio põe em cena os arranjos interacionais com que organizamos nossa reflexão acadêmica: conversas, palestras, debates, artigos – o que me oferece processos relacionados ao tema do encontro. Tais processos ajudam a concretizar conceitos, que são modos de observar o que acontece na comunicação.

Assim, se a conversa, como ocorrida, não aceita uma transposição imediata na forma texto, pode ser, ao menos, referida como ponto de partida e objeto de reflexão.

Introdução

Meu objetivo é o de esclarecer uma perspectiva voltada para o conhecimento comunicacional. Foco principal de minha reflexão, essa busca implica um trabalho de desentranhamento de características do fenômeno da comunicação engastadas em uma realidade abordada, inquirida e explicada por teorias desenvolvidas em outras disciplinas, já mais bem estabelecidas.

A noção de dispositivo se inscreve nesse quadro geral, que é o contexto epistemológico para o trabalho de observação. O conceito de dispositivo de Foucault me interessa por oferecer um ângulo heurístico, que pode ser direcionado para tal objetivo.

Não tenho a meta de uma elucidação do pensamento do autor, como se

fosse uma proposta interpretativa em discussão filosófica. Mas é claro que, se queremos fazer um bom uso heurístico da proposta, é preciso desenvolver uma interpretação sustentada no que o autor efetivamente faz. É o que procurei fazer no artigo “Interagindo com Foucault” (Braga, 2018).

Sem pretender reproduzir exatamente as coisas ditas na palestra, organizei o presente artigo em duas partes principais. Na primeira, desenvolvo minha noção de “dispositivos interacionais”, de que quero indicar os aspectos buscados em Foucault, assim como minhas derivações e transferências, requeridas para tornar a heurística produtiva para a investigação comunicacional. Esse primeiro conjunto de tópicos procura organizar alguns dos aspectos meio improvisados na conversa a que este texto faz referência.

Na segunda parte, tomo como base de reflexão as questões que me foram oferecidas no encontro – não só para buscar, agora, maior clareza do que naquele momento; mas também porque as questões põem a teste as proposições da primeira parte. Após o evento, os comentários me fizeram refletir e desenvolver ideias antes não pensadas. Com o vagar das coisas lidas e do gesto de escrever, pude melhor perceber a substância das questões e desenvolver formulações mais precisas.

Saindo do tempo sequencial da oralidade, reordenei as perguntas para relacionar as de enfoque próximo – o que me permitiu apreender com mais justeza sua composição reflexiva e o direcionamento de seus desafios.

| Parte I – Palestra

Nesta parte, organizamos os subtemas desenvolvidos, procurando sistematizar o que foi apresentado em oralidade. Nas interações orais, o vínculo não é assegurado pelo caminho pré-traçado, e sim pela proximidade de sentido entre quaisquer dois pontos sucessivos – um pouco como um passeio sem rumo, ou um voo de pássaros em conjunto, com frequentes mudanças de direção. Na escrita, movimentos similares pareceriam desconexos. Quando não há um roteiro prévio, que faz a fala prefigurar o futuro texto, a transposição de fala em escrita exige reconfiguração. Acredito, porém, que o tom da conversa não se perdeu.

1. Sentidos de “dispositivo”

Começemos com o sentido corriqueiro, de dicionário, da palavra “dispositivo”. Corresponde a qualquer modo de dispor as coisas para uma ação em vista de obter um resultado. O mais comum é pensarmos em dispositivos técnicos – aparatos. Um interruptor é um dispositivo eletromecânico que liga e desliga. O Facebook é um dispositivo eletrônico informático que permite disseminação e troca de mensagens.

Mas temos, também, dispositivos mais “abstratos”. Um dispositivo legal é uma disposição de normas para definir um dever ser, um modo de agir exigível em determinadas circunstâncias. Um dispositivo militar é um

modo de organizar tropas para um objetivo estratégico (abstrato não pelas tropas, fortemente materiais; mas pelo cálculo de ocorrências).

Quando Foucault decide adotar essa palavra corriqueira, devemos entender que – ainda que metaforicamente – os objetos e processos para os quais a aplicou apresentavam, ao menos em parte, essa caracterização. Evidentemente, acrescentou uma perspectiva mais especificada e critérios de estruturação (como veremos adiante), mas alguma coisa dessa referência prática – de dispor materiais e ações em vista de resultados – é o que justifica a escolha da palavra.

Outros acionamentos da mesma palavra ocorreram na mesma lógica, de partir do senso comum como metáfora para objetivos de conhecimento e de pesquisa. Jean-Louis Baudry, também nos anos 70, de modo independente, tratou do “dispositivo cinema”, sem ter o foco central em aparatos, mas em torno do espectador, para observar como a disposição das coisas e dos participantes produzia uma situação psicológica peculiar

Nos anos 80, quando fiz meu doutoramento, sem conhecer ainda o conceito específico (então recente) de Foucault, estudei texto de meu orientador, Maurice Mouillaud, que tratava do “dispositivo títulos de jornal impresso”, mostrando a dinâmica das formas e dos processos em seu conjunto articulado. Baseado nessa proposta, apresentei um estudo, no curso, com o título “Dispositivos conversacionais na televisão” para analisar, em abordagem similar, dois programas de debates na televisão francesa.

Um aspecto que retenho dessa experiência é o enfoque êmico da abordagem – não se tratava de explicar dedutivamente (com base em teorias sociológicas ou linguísticas) os processos interacionais ocorrentes, mas de buscar as lógicas internas dos modos específicos, em cada programa, de dispor objetivos, falas, táticas, câmeras, cenários, participantes.

Em 1999, a revista *Hermès* publicou um número especial sobre dispositivos. Em dezoito artigos, a maioria dos autores cita, é claro, o conceito de Foucault – mas fazem um uso muito livre da ideia. Esse acionamento poderia ser caracterizado como a adequação da palavra para descrever qualquer tipo de agenciamento das coisas. O valor heurístico, no conjunto, é o de estudar processos que setores diversos da sociedade, em função de seus problemas e objetivos (conforme os percebem), organizam, dispõem e articulam, em busca dos resultados pretendidos.

Em todas as experiências referidas, a ênfase não é a de distinguir um tipo especial de objeto social, mas um modo de observar estratégias sociais para enfrentamento, com ou sem eficácia, de suas questões. O que se busca descobrir, facilitado pelo modo de observar, são os objetivos práticos das ações, as lógicas do agenciamento, os modos historicamente “inventados”.

A palavra “história” entra aí de modo pertinente. Não significa que todo dispositivo seja histórico – como usamos corriqueiramente esse qualificativo. Mas sim, a percepção de que o que é tomado como “dispositivo” é uma coisa “montada”, é um arranjo (que, conforme as circunstâncias, poderia ter sido outro). Existe na história – e não na natureza das coisas. Correlatamente, em vez de buscar uma explicação apriorística fechada, isso estimula uma curiosidade pelo surgimento do processo e uma crítica focada em suas lógicas específicas – assumindo que a melhor crítica é a que percebe substancialmente as lógicas da coisa criticada.

2. O conceito foucaultiano

Até aqui, o sentido prático da palavra foi apenas acionado metaforicamente, para aproveitar sua lógica corriqueira em objetos menos habituais. O que Foucault faz a partir do mesmo estímulo é então um avanço significativo. Seu passo inicial não foi elaborar um conceito – mas sim um procedimento para a abordagem de sua pesquisa, levando esse acionamento metodológico a um exercício de alta eficácia descritiva e interpretativa.

Só depois, tendo testado a heurística em descobertas, Foucault vai expor o conceito que a organiza, na entrevista à revista *Ornicar*, sob arguição de participantes do círculo psicanalítico de Paris.

Fiz uma interpretação detalhada em artigo a que dei o título de “Interagindo com Foucault” (Braga, 2018). Um primeiro ponto é o de observar que a proposta de Michel Foucault não é uma teoria explicativa, com categorias pelas quais se possam classificar instâncias da realidade. É antes uma heurística – uma perspectiva para observar diferentes “modos de dispor as coisas”, que favorece descobrir as lógicas internas segundo as quais se articulam os componentes de um arranjo social, se elaboram seus objetivos e suas dinâmicas. Particularmente para perceber sua gênese, seu desenvolvimento.

Encontro oito aspectos principais expressos por Foucault na entrevista, em que o autor vai construindo o conceito. Começa informando componentes heterogêneos (“discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: tanto o dito como o não dito” – Foucault, p. 299) – tudo o que o dispositivo reúne e articula, que dispõe de determinado modo. E logo, segundo aspecto, informa a substância do dispositivo: o sistema de relações entre os componentes.

O terceiro aspecto, central, é, nos termos de Foucault, a “natureza desse vínculo”: trata-se de um arranjo – “como que um jogo” – o resultado de uma estratégia tentativa para organizar os elementos que constituem então o sistema. A disposição dos elementos, experimental e tentativa, passa por verdadeiras trapalhadas até conseguir articular o sistema de relações.

Como esse esforço começa a se desenvolver? O quarto aspecto é a gênese do dispositivo: necessidade de responder a uma urgência¹, um desafio concreto. O aspecto seguinte é a processualidade segundo a qual, são gerados os objetivos e os arranjos tentativos, até que o dispositivo se constrói. A urgência leva assim à função estratégica e suas tentativas de encaminhamento.

O autor refere um sexto aspecto, que é o funcionamento do dispositivo em construção: ressonâncias e contradições entre os componentes e entre as ações tentadas; surgimento, com isso, de novos elementos; constante reajustamento é requerido na disposição das coisas. A expressão de Foucault é lapidar: “perpétuo preenchimento estratégico” (p. 299).

O sétimo aspecto: malgrado a necessidade frequente de reajustes, o processo vai se estabilizando. Gera-se um discurso do dispositivo; constitui-se uma “verdade”; “já não se pode dizer quem concebeu as estratégias” (p. 306). Pode-se dizer que o dispositivo se estabilizou – entrou na ordem das coisas estabelecidas.

Vejo aí uma característica forte: o discurso que decorre do dispositivo passa a se apresentar como se fosse o gerador deste, a “verdade” que o sustenta. O processo se encontra auto justificado.

Como oitavo e último aspecto da heurística – todo o processo se evidencia como uma elaboração que descarta o recurso a universais. A

1 Considero “urgência” – conforme acionada por Foucault – como referência a problemas para os quais não há ainda encaminhamentos estabelecidos.

verdade do dispositivo – que se apresenta como sua base lógica – é demonstrada, pela própria construção do conceito, como decorrente dele. Paul Veyne (2011, p. 20) cita Foucault na afirmação de que busca “fazer com que a história passe pelo fio de um pensamento que recusa universais”.

3. Conversas, palestras, artigos

Foucault construiu e acionou esta heurística – segundo Deleuze (1989), uma verdadeira filosofia do dispositivo – para verificar modos de dispor processos disciplinares e de controle. Os componentes que o interessam são os que implicam esse tipo de relações entre participantes, e, portanto, o exercício de poderes.

Ao me aproximar da obra de Foucault, tornou-se intuitivo pensar em dispositivos interacionais, estimulado por minha experiência quase eventual sobre as conversas na televisão. Vemos os meios de comunicação como ambientes para dispositivos de interação. Pode-se ter a impressão de que a mídia se põe como criadora, como determinante dos processos e do próprio dispositivo. Mas os encontramos em todos os espaços, como em conversas, palestras, artigos; e em todas as composições, na midiaticização.

Examinar esses processos pela heurística do dispositivo não implica categorizá-los: “são dispositivos”. Importante é se perguntar o que podemos descobrir de suas lógicas internas de funcionamento, seus relacionamentos com os contextos de ocorrência, sua gênese.

Dada a percepção de heterogeneidade, em Foucault, observamos que o autor não predispõe relações deterministas entre um tipo de componente e outros. A heterogeneidade não é apenas variedade de substâncias possíveis, mas também de papéis exercidos no dispositivo: tudo dependerá das urgências, das estratégias, do arranjo que resulte destas.

A heurística do dispositivo não propõe, portanto, um sistema categórico de relações que sirva para explicar dedutivamente por que tais processos sociais aí inscritos se articulam de um modo ou de outro. É antes uma analítica (a expressão é usada por Foucault, na entrevista): um modo de analisar, para a descoberta, a realidade específica de diferentes dispositivos.

É preciso lembrar, também, que um mesmo macro dispositivo, de referência geral, se realiza em episódios com ajustes diferenciados, pois aí se

concretizam, com suas singularidades, os componentes do sistema efetivamente presentes.

Uma conversa pode ser equilibrada, igualitária, democrática; e pode ser opressiva ou autoritária. Uma palestra pode ser articulada ou dispersa. Assim como podemos apreender processos e lógicas de um dispositivo segundo um modelo abrangente – percebendo-lhe padrões básicos gerais, podemos também analisar uma conversa específica (ou um subtipo relacionado a determinadas condições) para interpretar suas lógicas próprias e mesmo deformações, dentro das lógicas esperáveis do modo abrangente.

Ao escrever um artigo – dispositivo interacional que pesquisadores acionam com frequência para interagir com colegas, com a comunidade da área, com estudantes, com a sociedade – sabemos o que é e o que se espera de um artigo acadêmico. Ao mesmo tempo, damos-lhe uma estrutura singular que pode e deve ser interpretada em suas especificidades, para observar o que faz, dentro das lógicas vigentes – e eventualmente tensionando estas lógicas.

4. Derivações e transferências

Deleuze trata o conceito de Foucault como uma “filosofia do dispositivo”. O que me interessa no conceito é sua potencialidade heurística. As duas qualificações se aproximam. Meu objetivo não é o de um acionamento para encontrar e categorizar dispositivos (disciplinares ou outros) no âmbito da comunicação – mas antes o de ajustar o enfoque para descobertas sobre exercícios específicos do processo comunicacional. Por isso mesmo, em um nível de maior abstração, a partir de conjuntos de estudos empíricos, quero contribuir para desentranhar o fenômeno comunicacional de outras interpretações, subsumidas a conceitos sociológicos ou linguísticos.

É preciso, então, fazer sua transferência para outro objeto, diverso do trabalhado por Foucault. Isso implica ajustes e derivações. Sociólogos e cientistas políticos percebem no dispositivo uma explicação dos modos de exercício de poder e lógicas das instituições em seus processos de controle. O conceito oferece efetivamente essa contribuição.

Entretanto, tenho em mãos outro objeto, no qual busco outros processos, que me aproximem da questão comunicacional. Se o conceito

de Foucault serve a outros propósitos de conhecimento, serve também para este, desde que se façam as adequações pertinentes.

Primeiro, devo deslocar o objeto. Foucault trabalha sua heurística para compreender dispositivos de controle e disciplinares. Instruído por outras abordagens da palavra (como referi no item 1 deste artigo), percebo outros tipos de objeto, de questões, que podem ser vistos como dispositivos, segundo a mesma abordagem foucaultiana. Não é a denominação “dispositivo” que importa, mas sim a possibilidade de acionar o mesmo olhar, a mesma analítica. Referi, assim, conversas e palestras como dispositivos: são igualmente arranjos que, implantados socialmente, se tornam reconhecíveis para os fins e objetivos a que servem como estratégia. Como é evidente, não posso reduzir dispositivos como “conversa”, “artigo”, a aspectos disciplinares ou de controle. Certamente podem ser acionados nestas tonalidades, mas isso surgirá na análise de sua especificidade – não há ganho de conhecimento em pretender de modo apriorístico a presença de poderes como se fossem determinantes. O que me interessa, de modo abrangente, é perceber suas lógicas interacionais.

A abrangência de um dispositivo é igualmente variável. Foucault, que os estuda em ampla dimensão histórica, mostra também o exercício do processo dispositivo em pequenos gestos sociais inscritos no mais abrangente.

Para nosso exemplo “conversa”, o nível abrangente é a própria lógica da conversação. Dentro desta, as expressões seguintes se reconhecem como processos sociais específicos mais ou menos estabelecidos: uma conversa de mesa de bar; conversa de pai para filho; conversa de negócios; conversa fiada. Cada ângulo recorta, no processo mais geral, lógicas e estratégias específicas. Outras interações, que não são referidas pela denominação “conversa”, implicam formas mais ou menos canônicas de organizar sistemas de relações para atender a suas urgências específicas de falas entre participantes. Sua especificidade muito estabelecida já gerou denominações próprias: aula, palestra, conferência, debate, processo parlamentar. Poderíamos acrescentar ainda outros exemplos de interação em lógicas de outras ordens: artigos, notícias, telenovelas, filmes.

Onde haja interação, encontramos dispositivos em ação, em experimentação, em ajustes diversificados. A palavra não me serve, então, como categoria de objetos que, por se inscreverem nesta, possam ser classifi-

cados e explicados. Serve antes, em visada comunicacional, pela possibilidade de examinar quaisquer arranjos por essa analítica, essa heurística – e esquadrihar suas lógicas internas e relações com contextos. No funcionamento dos componentes, posso desentranhar seus processos comunicacionais, recusando a pretendida participação secundária nos objetivos sociológicos, políticos, semióticos, linguísticos, psicológicos, institucionais – para perceber, inversamente, como funcionam, o que a comunicação exerce nestas modalizações.

Não se trata de descrever estruturas de poder e instituições de quaisquer ordens segundo as quais e para as quais a comunicação se exerce – trata-se de descobrir lógicas e processos comunicacionais que se exercem em suas especificidades contextuais. Primeiro, percebendo que a sociedade cria dispositivos diretamente voltados para urgências interacionais, como: contar ocorrências e situações, repassar impressões, inquirir, trocar ideias, interpretar e entender o que se diz, organizar ações em comum, conversar, persuadir, argumentar, informar, aprender, negociar, gerar opinião, tomar decisões em situações de desacordo, resolver diferendos. Ou seja: perceber as estratégias interacionais diversas usadas nas circunstâncias pertinentes, para relacionar participantes sociais – processos diretamente voltados para trabalhar diferenças, com variados objetivos. Não possuindo instintos comparáveis aos dos insetos sociais (que inscrevem nos espécimes os padrões gerais e distribuem diferenças por funções especializadas), só podemos ter ações conjuntas através de um trabalho interacional socialmente elaborado.

Depois, percebendo que, na base foucaultiana mesmo do desenvolvimento tentativo e atrapalhado de quaisquer dispositivos (como um jogo de experimentações e ajuste de estratégias), na construção de arranjos, em geral, no próprio processo de elaboração – o jogo de tentativas – encontramos a comunicação em ação².

Assim, para uma perspectiva epistemológica, na busca do entendimento da comunicação, o que possa ser visto como um dispositivo

² Note-se que não atribuo ao processo de comunicação o equilíbrio, uma racionalidade necessária. Estes seriam atributos da “boa comunicação” – mas não restrinjo o processo a sua parte valorável. É por isso que percebo a comunicação como frequentemente canhestra. Pode ser opressiva. Mas mesmo aí, o enfoque é em especificar o processo e não na simples declaração da opressividade.

encontra na heurística foucaultiana uma abordagem que favorece entrever a comunicação em ação, seus processos, suas lógicas. A heurística sugere perceber as urgências, apreender objetivos que os participantes desenvolvem conforme seus contextos, observar as estratégias em experimentação, as táticas seletivas, o “perpétuo preenchimento estratégico”, a lenta estabilização, a geração de discursos justificativos.

Nada disso, é claro, nega ou pretende substituir as visadas de outras disciplinas. Apenas é outra perspectiva – a comunicacional. Que por sua vez poderá, no desenvolvimento coletivo do conhecimento, oferecer contribuições efetivas aos demais ângulos das ciências humanas e sociais.

O importante e minucioso estudo elaborado por Geane Alzamora, Joana Ziller e Carlos d’Andréa (2018) mostra não apenas a diversidade de interpretações do conceito de Foucault, mas também a diversificação de acionamentos, em visadas distintas, levando a derivações que confirmam a plasticidade da noção. Bem mais que um conceito-categoria, se evidencia aí, em seu uso, a perspectiva heurística.

Por estas reflexões, enquanto outros campos de conhecimento possam ver no dispositivo de Foucault uma explicação pronta para determinadas questões sociais, no campo da comunicação o importante é se oferecer como uma analítica de processos. Mesmo na observação de “dispositivos prontos”, o que interessa não é o objeto instituído em si, mas as urgências que o originaram e a constituição interacional específica de suas estratégias. Interessa a busca de uma história que não seja sua auto história (o discurso decorrente, pretendido como se fosse verdade geradora).

5. Códigos e Inferências

No desenvolvimento de minha teorização heurística sobre dispositivos interacionais, elaborada como derivação e transferência a partir do conceito de Foucault, há outro aspecto conceitual, este decorrente de reflexões diretamente no campo da Comunicação.

No período de 2008 a 2011, desenvolvi uma pesquisa no PPG em Comunicação da Unisinos, com apoio do CNPq, em que analisei uma centena de artigos apresentados em encontros da Compós que relatavam pesquisas empíricas. Buscando maximizar a diversidade, selecionei artigos entre praticamente todos os GTs então existentes na entidade, e sem repetir autores.

O objetivo principal era o de encontrar o que seus autores elaboravam como questão comunicacional. Não se tratava de rastrear ângulos teóricos nem categorias temáticas – estes apareciam apenas na forma da diversidade esperável. A questão de minha pesquisa era, observando os problemas construídos, sem pretender qualquer tipo de categorização, perceber nas pesquisas relatadas os elementos que mais diretamente pareciam caracterizar o “comunicacional” em cada pesquisa.

Sem entrar nos detalhes do processo de observação (que levou a um fichamento sistemático e detalhado de cada artigo – Braga, 2010a), constatei a indicação de uma grande variedade de elementos, que ofereciam, entretanto, dois processos básicos. Um desses processos era a presença de elementos diversos que os participantes da situação investigada acionavam como referência compartilhada (ainda que com dissensões sobre sua interpretação ou prioridade). O outro processo básico era uma atividade interacional dos participantes, intensamente inferencial, ajustadora de tais elementos compartilhados. Nessa atividade, claramente tentativa, tensional, de certo modo lúdica (aí se jogavam as interpretações, os objetivos diferenciados, os embates e argumentações, as ações possíveis) com os elementos compartilhados e sobre estes, inclusive voltando-se para sua modificação. Refiro estes dois tipos de processos como “códigos” e “inferências” 3.

“Códigos” não têm a ver com processos de transposição, são antes quaisquer elementos, objetos, símbolos, linguagens que de algum modo sejam pertinentes à situação e façam parte da experiência comum dos participantes – ainda que em perspectivas, intensidade e abrangência diversas, mas o suficiente para que, referidos, não sejam totalmente estranhos.

Em uma situação de “código zero” (ausência total de elementos compartilhados) não nos comunicamos. Por outro lado, por mais que tenhamos coisas compartilhadas, em comum, isso nunca é suficiente para a interação: precisamos de inferencialmente ajustar os códigos entre si e à realidade singular da situação.

Aspecto importante é que “dispositivos”, sendo dinâmicos, não só exercem “códigos”, mas produzem solapamento e assoreamento nestes,

3 Nessa pesquisa e na sequência, publiquei alguns artigos e um livro, buscando explicitar e sistematizar estas duas noções – Braga 2011; 2013; 2015; 2017.

geram códigos e os substituem, pelo processo inferencial. Em síntese, códigos e inferências interacionais são dois “momentos” de uma mesma lógica: inferências são requeridas para exercer códigos; e códigos são criados a partir de inferências. Os elementos que compõem os dispositivos se integram nesses processos, mas não se trata de classificá-los nas duas categorias, e sim de observar suas dinâmicas.

Aprender analiticamente as lógicas internas de dispositivos interacionais implica perceber a especificidade com que a situação pesquisada atua e gera códigos – o que é trazido à cena; que inferências são feitas; e como os diferentes elementos se articulam e se tensionam em torno de tais processos básicos.

Completando sua articulação com a noção de dispositivos, podemos então observar as urgências originárias, os objetivos constituídos, a experimentação estratégica, as eficácias e ineficácias relativas, as composições obtidas e/ou em construção; o grau de estabilidade, de instabilidade, de tensionamento; os ajustes e as rupturas – em suas especificidades de ocorrência.

Essa é a dinâmica dos processos comunicacionais: elementos compartilhados, malgrado as diferenças entre os humanos, conseguem transitar para âmbitos não compartilhados, gerando outros compartilhamentos em função de urgências e desafios. O já compartilhado tende a se repetir em outras situações, com pequenos ajustes inferenciais que mantêm a dinâmica em ação. Novas urgências não atendidas pelo já estabelecido geram dinâmicas de experimentação e tentativa acelerando a parte inferencial até a construção de novos compartilhamentos mais ou menos estáveis.

É fácil perceber a possibilidade de correlações entre essa perspectiva e o conceito de gênese de dispositivos, de Foucault, quando o relacionamos a questões interacionais, não o restringindo ou subordinando a questões de poder, mas também sem as excluir. Faço, portanto essa perspectiva heurística ser dinamizada pelo processo dispositivo.

6. Agamben

Lendo a transcrição da conversa e das questões, constatei ter tratado de modo insuficiente minha distinção interpretativa com Agamben. Apenas referi, em apoio a uma posição pessoal, um artigo de Sandro Chignola,

professor de Filosofia Política na Universidade de Pádua, em que este critica o fato de que, mais que interpretar Foucault quanto ao conceito de dispositivo, Agamben redireciona a palavra para outra perspectiva conceitual, dando a impressão de que ainda se trataria de uma ideia de Foucault. Afirmo ter igualmente esse entendimento em minha leitura de “O que é o dispositivo?”, de Agamben, expressando o desacordo.

Não sou conhecedor de Agamben – li apenas três publicações do autor, das quais “O que é um dispositivo?” (2005), que cito no artigo “Interagindo com Foucault”. Minha reação não pode ser a de um desacordo filosófico.

Quero então esclarecer o que penso ser uma distinção de posições. O ponto principal é que a palavra “dispositivo”, conforme usada por Agamben, não serve para minha pesquisa – pois modifica o sentido foucaultiano em direção oposta à derivação que faço como necessária para meu objeto. Objeto que não é o de Foucault nem o de Agamben. Ou seja: procuramos fazer coisas diversas com a expressão.

Agamben é plenamente justificado em derivar o conceito para uma construção adequada a sua perspectiva sobre o mundo. Igualmente me sinto justificado em minha derivação. A palavra dispositivo, como muitas outras acionadas no eixo de debates, pode ser usada em diferentes acepções. Não cabe decidir, entre duas leituras, a certa e a errada, como se o uso devesse corresponder a uma verdade superior. Trata-se apenas de observar o que cada autor procura fazer e direcionar com a expressão.

Em uma perspectiva pragmatista, uma palavra significa o que a fazemos fazer, em interações; e o que atesta a adequação deste gesto de fala é a obtenção de um sentido compartilhado e reconhecido entre os participantes como pertinente para determinada ação conjunta. Um dicionário é então uma espécie de “súmula dos acolhimentos majoritários”. Como vimos, a palavra “dispositivo” tem toda uma variedade de sentidos em torno de uma aproximação dicionarizada. Normalmente, o contexto é suficiente para percepção do ângulo acionado. Mas nem sempre – e aí é preciso explicitação.

O conceito, como reelaborado por Agamben, não é adequado para minha pesquisa. A perspectiva do autor dá uma ênfase de constante ao elemento “poder” como fulcro de sua preocupação. No artigo referido (Agamben, 2005, p. 13) propõe:

chamo de dispositivo qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, comportamentos, opiniões e discursos dos seres vivos.

Essa capacidade de captura e modelagem é assumida como determinante. Agamben considera que não existe mais espaço para a experiência significativa.

Evidentemente, estamos falando de objetos diversos. Minha pesquisa tem o enfoque prioritário na comunicação, relacionada a seus aspectos de potencialidade experimental. Isso não significa, descartar a noção de poder – onde ela se manifeste, e com as características específicas que apresente, com o peso com que seja efetivamente exercido. Qualquer visão que se concentre no poder como universal ou como determinante apriorístico, que se afaste de questões comunicacionais ou as torne epifenômeno do poder, não é pertinente para minha linha investigativa.

Essa divergência é apenas a constatação de que usamos a mesma palavra para fazer coisas tão diversas que não há sequer por que compará-las. Seriam mesmo mutuamente indiferentes. O ângulo que faz a distinção se refere ao que é possível observar a partir de uma determinada posição. O que serve a uma ação epistemológica pode não servir a outra. O que pede uma analítica de esquadrinhamento não se deslinda por um olhar dirigido ao horizonte distante – o inverso sendo igualmente verdadeiro.

Considerar “dispositivo” como um universal, como assume Agamben, é deixar de lado a “natureza do vínculo que pode existir entre [os] elementos heterogêneos” – “como que um jogo, mudanças de posição, modificação de funções” (Foucault, p. 299).

Para minha pesquisa, a natureza do vínculo “como um jogo” é o eixo que viabiliza e exige uma analítica. Essa natureza contradiz assumir o dispositivo como um universal.

Apenas recentemente li “Sobrevivência dos vaga-lumes”, de Georges Didi-Huberman, em que o autor coteja Agamben com Pasolini e debate o acionamento que ele faz de Walter Benjamin e outros autores. Essa leitura ampliou minha compreensão de Agamben, e reforça o sentido de minha distinção pontual. Esta citação expressa bem a importância da relação entre os enfoques e seus resultados:

Os pequenos vaga-lumes dão forma e lampejo a nossa frágil imaginação, os “ferozes projetores” da grande luz devoram toda forma e todo lampejo – toda diferença – na transcendência dos fins derradeiros. Dar exclusiva atenção ao horizonte é tornar-se incapaz de olhar a menor imagem” (Didi-Huberman, 2011, p. 115).

Considerando a comunicação social como o trabalho da diferença, entendo melhor, agora, porque não posso dar acolhimento a Agamben em minha abordagem, e porque a transformação do dispositivo em “universal” tiraria o interesse do conceito para minha pesquisa. É o que justifica assumir a perspectiva de Foucault sobre dispositivos, sem universais, e com a natureza do vínculo entre os componentes proposta por este.

Reconheço a riqueza das contribuições de Agamben. Sei que, em uma diversidade de campos reflexivos, o autor encontra no Brasil um justificado acolhimento. Chignola fala também da imensidão e complexidade de Agamben. Não tenho dúvidas sobre isso. Entretanto, meus dois gestos, usos diversos de uma mesma palavra e um desacordo interpretativo, não são indicadores de ausência de respeito pelas ideias – o exercício de tensionamento de concepções parece-me sempre estimulante e necessário.

| Parte II – Comentários e questões

A partir da palestra, os/as colegas da UFMG ofereceram questões e comentários, apontando aspectos não resolvidos e buscando maiores esclarecimentos. Organizei aqui os comentários para estruturar os pontos em comum de várias falas. Não pretendo ter atendido a todos os aspectos tratados, nem mesmo na forma atual, ponderada e escrita após o evento. Assinalo, porém, como em toda boa interação, que os comentários dos colegas ampliaram minha percepção sobre alguns desafios do conhecimento comunicacional.

7. A questão da operacionalização

O mestrando Lucas Nigri Veloso se preocupa com a operacionalização do conceito de dispositivo para a pesquisa: “O que seria dar a ver esse dispositivo?”

É uma questão central. Efetivamente, defendo as reflexões teóricas em torno do dispositivo por sua potencialidade heurística mais que pelo valor explicativo. É nas pesquisas que essa potencialidade se realiza. Como?

Em parte, sendo uma analítica, deve-se estar atento à situação a observar, suas questões, seus processos internos e suas relações com o contexto imediato. Lucas sugere cartografias e diagramas. Certamente, se fazemos pesquisa empírica, é preciso descrever. Inúmeras são as táticas

descritivas, de sistematização do observado, de seleção do que vemos nos observáveis e que seja crucial incluir.

É preciso decidir em função das perguntas e dos objetivos da pesquisa. Creio que na conversa, ao vivo, resisti um pouco à ideia de diagramas – no receio da facilidade com que estes podem enrijecer a descrição, “purificar” os processos, dando a impressão de mecanismo perfeito – ou seja: só vendo as funções-código e considerando os demais processos como “ruído”. Como se trata de perceber gênese, experimentações e “lógicas” (de que fazem parte inferências, ajustes e descaminhos), acho que é preciso manejar diagramas com cuidado, nesse aspecto. Em todo caso, sugiro que diagramas iniciais podem ser problemáticos – pois tendemos a nos fixar nestes, perdendo acuidade para o que não foi inicialmente incluído, que se torna, então, “invisível” à observação. Mesmo ao final de uma pesquisa, tenho uma preferência pessoal pela flexibilidade da expressão verbal, mais sutil para aspectos fugidios, que devem ser percebidos e informados – enquanto diagramas estimulam uma representação mais “maquínica” dos processos.

O Prof. Elton Antunes observa também essa necessária questão descritiva: o conceito “parece supor sempre que eu precise desenvolver um modelo de expressão desse dispositivo” – a necessidade de “dar conta da composição dos elementos”. Assinala, também, que “a noção de dispositivo seria um modo de compreensão que demanda ainda certas ferramentas para que se possa caracterizar esse arranjar”.

As questões pedem, efetivamente, maior concretização metodológica. O que descrever, como, com que objetivos?

Os aspectos mais imediata e genericamente descritíveis – considerando a construção de Foucault – levam à composição dos elementos: decidir quais são pertinentes à situação, ponderar suas ações respectivas, seus modos de articulação para formação do sistema de relações que é o dispositivo em estudo.

Cuidar, entretanto, que dada a heterogeneidade de componentes, alguns destes podem não ser imediatamente perceptíveis e se descobrirem apenas na apreensão de dinâmicas, de movimentos. Lembrar, também, que “articulação” não significa necessariamente harmonia, mas também tensionamentos, inclusive estruturais – que não são ocasionais nem devem ser vistos como defeito ou ruído. Há tensionamentos (entre componentes) que fazem parte da própria lógica de funcionamento do dispositivo.

Como habitual nos processos de pesquisa, queremos ir além do descritivo, que apenas mostra o sistema composto. Queremos sua dinâmica, suas singularidades, sua especificidade, sabendo que nenhum sistema de relações é uma máquina de precisão. Podemos perceber também o que se pode chamar de “sistema de erros” como parte da lógica de um dispositivo, de suas “regras de jogo”.

Perguntas ao objeto podem se voltar, também, para a caracterização das urgências que moveram o surgimento do dispositivo e que mantêm seu funcionamento mais ou menos estabilizado. Como se construíram, como se mantêm e se modificam, ou como variam os objetivos a partir das urgências? Lembrar que uma mesma urgência pode levar a objetivos diversos.

Certamente: quem são os participantes (pessoas, grupos, categorias) e como se diferenciam internamente – em suas identidades sociais, econômicas políticas, pessoais, estratégicas. Não apenas participantes segundo categorias sociológicas prévias e classificatórias; mas sobretudo conforme suas relações concretas e materiais no dispositivo em pauta, ou em sua elaboração. E quais os seus papéis assumidos, suas ações, suas táticas de jogo, suas experimentações? Que âmbitos de competências e forças? Saberes e poderes são expressões canônicas – na análise, deve ser buscada sua especificidade. Como negociam (se negociam) ou como fazem valer, internamente, suas preferências?

Uma questão do Prof. Marco Aurélio Máximo Prado assinala aspectos dinâmicos, mostrando que o que se observa é sempre um processo em construção:

Do ponto de vista metodológico, como veríamos a lógica dos arranjos ganhar corpo? Por meio de uma descrição? Porque não há uma somatória de elementos que se arranjam, uma vez que eles também vão se alterando de maneiras imprevisíveis.

Assim, “descrever um dispositivo” implica, na verdade, contar processos; dar atenção aos “elementos que se entrelaçam de maneira contingencial, e que se alteram ao se aproximarem. Ou seja, eles deixam de ser o que eram” (Marco Aurélio).

É uma excelente contribuição para o tópico em debate. Quais são as principais estratégias e táticas do processo? Estas não se confundem neces-

sariamente com as dos participantes, nem mesmo com as dos dominantes. O que o processo interacional experimenta, testa, busca? Como o dispositivo se expressa nas ocorrências, nos tropeços, nas tensões internas, nos incidentes de tensão contextual? Ou seja: o que as lógicas do dispositivo direcionam como ação acertada?

Incluindo na perspectiva “dispositivo” (na busca dos arranjos que caracterizam sua especificidade) o ângulo interacional de códigos e inferências, podemos chegar a uma boa percepção sobre as dinâmicas processuais: que elementos são compartilhados (em harmonia e a contrapelo) de antemão? Quais são os elementos compartilhados mais específicos do dispositivo? Como esses elementos são exercidos nos episódios observados? Com que peso, com que rigor, grau de exigência? Com que outros elementos compartilhados entram em articulação, tensionamento, choque, contradição? Que compartilhamentos são buscados?

Que dados específicos da situação exigem ajustes – que ajustes? Que ações indicam processos inferenciais em curso, experimentais? Que aspectos de “invenção social” se manifestam? Há compartilhamentos impostos? Recusa de compartilhar? Compartilhamentos reprimidos?

São apenas exemplos genéricos de perguntas, ou questões factíveis. Não estou sugerindo um checklist de perguntas. O importante será perceber que ângulos de esquadramento o próprio objeto de pesquisa pede – pois se trata, afinal, de descobrir suas lógicas internas e contextuais.

Aqui, as perspectivas do que Carlo Ginzburg (1989) chama de paradigma indiciário seriam de bom apoio. É necessário buscar, no próprio objeto, pistas conforme suas ações no sistema de relações: sobre as lógicas interacionais; sobre a singularidade dos episódios pesquisados; e sobre a especificidade dos processos em estudo.

É nesse ponto que a questão assinalada por Elton Antunes se evidencia como relevante: “um modelo para expressar o dispositivo”. Trata-se mesmo de fazer um modelo teórico do dispositivo específico estudado – que expresse componentes, sistema de relações, processualidade interacional, dinâmicas da emergência do dispositivo e de sua continuidade, características de sua experimentalidade de origem e/ou de sua estabilização. Mas esse modelo não é uma tabela de elementos e funções: é uma teoria do objeto.

Essa é uma primeira aproximação do que buscamos na pesquisa comunicacional acionando uma heurística do dispositivo. No livro “Matrizes

Interacionais”, elaborado em grupo de pesquisa, aparecem indicações da abordagem adotada em nove casos diversos, na especificidade de cada dispositivo pesquisado (Braga et al. 2017).

8. Processualidades & Dispositivos

A Prof.^a Vera França, referindo minha abordagem de processos comunicacionais, pergunta “qual é a diferença, se ela existe, entre essa concepção de dispositivo, da maneira como você trabalha, e o conceito de processualidade, sobre o qual você também fala?” Complementa perguntando se dispositivo seria “uma forma, uma palavra mais densa para falar da processualidade que marca a dinâmica interacional”.

É uma questão que me dá a oportunidade de esclarecer (também para mim mesmo) um relacionamento entre a heurística dos arranjos e a perspectiva, desde antes adotada, quando comecei a enfatizar na comunicação um ângulo prioritário de processo.

Tive, em 2007, um ano de licença da Unisinos, quando fiz estudos pós-doutorais no PPG em Comunicação da UFMG, com a supervisão de Vera França. A participação no GRIS me forneceu ângulos reflexivos que certamente estreitaram minha sintonia com essa visada processualística da comunicação.

Comecei, então, a procurar modos de apreender tais processos. A dificuldade no comunicacional é a grande diversidade, se não a infinidade, de processos singulares, a sobreposição, mesmo nas situações mais simples, de processos de diferentes origens, objetivos, campos sociais, instituições e, ainda, os intuitivos e idiossincráticos – muitos deles interessando, por alguns de seus aspectos, a outras disciplinas de conhecimento.

Com a ideia de que a comunicação cria e transforma linguagens, não podemos circunscrever a observação de processos interacionais apenas a dinâmicas muito estabelecidas, instituídas (de conhecimento sistematizado pelas disciplinas estabelecidas).

Certamente reconhecemos em uma aula, por exemplo, um processo interacional canônico – mas tão marcado por seus objetivos e processos educacionais que o processo comunicacional é subsumido ao ângulo educativo ou, se distinguido, parece estar aí apenas como mero recurso a serviço do pedagógico, logo, sem maiores interesses de análise específica.

Parecia difícil investigar comunicação como um “primeiro” – necessidade fundamental para algum avanço epistemológico. Para outro exemplo no mesmo sentido, lembro textos que estudamos no GRIS, à época, referentes a linguagem como instituição (Vicent Descombes, 1996) ou à democracia na Grécia Clássica (Castoriadis, 1982). Se me ateno à linguagem como instituição, a comunicação aparece como mero uso desta. Se dou atenção, com Castoriadis, à invenção da democracia - ou seja, à gênese de algo até então não instituído, posso entrever a comunicação em ação; mas já não sei bem o que “agarrar”, como sistematizar o comunicacional para distinguir da análise política, sociológica e histórica.

Estava iniciando a pesquisa sobre os cem artigos da Compós, que referi antes. Os debates no GRIS estimularam minha atenção para os processos aí tratados em perspectiva comunicacional – o que resultou no artigo em que proponho que a comunicação transforma e gera linguagens (Braga, 2010b).

A dificuldade com processos é esta: quando os percebemos sistematizados, os elementos estabelecidos ocupam o centro da cena e são referidos prioritariamente aos ângulos práticos de determinados campos sociais e aos conhecimentos de disciplinas estabelecidas – o comunicacional se apresenta sobretudo em seu papel coadjuvante: epifenômeno, recurso formal ou variável dependente. Quando encontramos processos menos canônicos, não temos a ênfase prioritária das sistematizações estabelecidas, mas o objeto se apresenta vago, indefinido, sem estruturas em que apanhar suas especificidades.

Ora, o encontro meio casual com o conceito do dispositivo em Foucault foi muito produtivo, porque oferece justamente o que faltava: uma heurística para apanhar a processualidade comunicacional – o que Foucault estuda não são, diretamente, as coisas instituídas, mas seu modo de constituição histórica. Paul Veyne (2011) assinala que Foucault (inicialmente pouco compreendido pelos historiadores), lhes deu na verdade um presente, com sua perspectiva.

Vejo nessa heurística para percepção de dinâmicas da história uma contribuição extraordinária de Michel Foucault para o conhecimento. Que tenha concentrado sua elaboração no estudo de dispositivos disciplinares e de controle é uma questão de enfoque de pesquisa. A importância epistemológica é a oferta de táticas analíticas para análise de processos

em curso. Mesmo se já constituídos, o olhar é direcionado para recuperar arqueologicamente sua gênese – pelo modo como urgências foram percebidas e pelos processos tentativos que levaram aos arranjos exercidos.

Quando escrevi “Nem rara, nem ausente – tentativa” (Braga, 2010c) tudo o que tinha era essa percepção da plasticidade tentativa dos processos comunicacionais, no jogo entre os elementos estabelecidos (compartilhamentos) e a invenção humana experimental (processo inferencial) compondo as dinâmicas básicas.

A palavra “dispositivo” começou a me fornecer alguma base operacional para apreender processos comunicacionais, base que procuro aos poucos ir desenvolvendo, fortemente apoiado na heurística foucaultiana; e fazendo derivações e transferências para, na pesquisa empírica, favorecer descobertas sobre comunicação.

Assim, acho que efetivamente a relação é estreita entre os dois ângulos. O que importa, na comunicação, são os processos segundo os quais as diferenças e os diferentes conseguem, tentativamente, coexistir e agir – e, às vezes, a se constituir em diferença com direito de existência. O conceito de dispositivo oferece uma possibilidade de sistematização para o estudo desse tipo de processos, mesmo quando não instituídos; e, quando instituídos, viabiliza desentranhar o aspecto comunicacional nas ações instituintes e nos acionamentos feitos dos compartilhamentos estabelecidos.

9. Ênfase no discurso?

O Prof. Carlos d’Andréa assinala o risco de “uma ênfase excessivamente discursiva” em minha abordagem interacional, particularmente “na dinâmica entre código e inferência”. Isso contrastaria com a posição de Foucault, sobre a heterogeneidade dos elementos do dispositivo.

Percebo efetivamente o risco – é preciso, na pesquisa comunicacional, não nos restringirmos aos processos discursivos. Entretanto, é possível que a impressão seja decorrente de minha escolha de exemplos, na conversa, quando assinalei linguagens como códigos. Na substância da noção, estou atento a elementos de outras ordens: imagens, processos técnicos, aparatos tecnológicos, mídias, gestos, competências de origem biológica na espécie, ações de ordem prática, expectativas (mesmo ainda não verbalizadas).

Possivelmente, também, a própria palavra “código” estimula essa impressão discursiva, pois a expressão parece referir processos do

discurso. Mas meu acionamento se situa em outro espaço – que precisa ser, então, esclarecido.

À diferença do processo transmissivo, informacional, que situa o código como um elemento intermediário de transposição de algo entre o emissor e o receptor, proponho uma perspectiva mais abrangente, para tudo o que já é compartilhado entre participantes de interações. Não assumo a expressão como um elemento transpositor, criptográfico, a ser decriptado, mas como ambiente ativo da ocorrência interacional. Materiais e experiências também são compartilhados; linguagens também se exercem na inferência.

Se passamos por uma experiência conjunta – por exemplo, um susto coletivo porque o avião em que estávamos, depois de tocar o solo, ao aterrissar, arremeteu novamente, com forte ruído dos motores – isso é da ordem das coisas compartilhadas. O fato “susto”, certamente não discursivo, passa imediatamente a compor as interações dos participantes; o tranco, o som, a criança chorando. A “interação indiferente” entre passageiros em uma viagem é substituída e os processos interpretativos disparam. Inferências são feitas, focadas em diferentes objetivos – acalmar, explicar, ampliar o medo, criticar o piloto e a empresa, lembrar o atraso que decorrerá. A ocorrência em si e o fato psicológico serão elementos centrais no processo das falas.

Certamente, as inferências se expressarão discursivamente, acionando formações previsíveis, mas não devemos reduzi-las a esse aspecto. Acredito que enfatizar o processo faz lembrar as demais ordens de elementos que compõem os dispositivos interacionais, sem descartar o discursivo, certamente parte importante. As práticas sociais não são apenas elementos compartilhados, são também processos de ordem inferencial – gestos e decisões, modos de fazer que se inventam tentativamente. Hoje, é frequente que as práticas não sejam mudas: se expressam verbalmente em explicitações, encaminhamentos, justificativas – mas sabemos que são também desenvolvimentos diretamente elaborados na ordem do fazer.

Cabe, nessa linha de reflexão, lembrar um exemplo muito pouco centrado na expressão linguística. Trata-se do filme argentino “Un cuento chino” (diretor Sebastián Borensztein, 2011).

Sumariamente: um chinês migra para a Argentina, munido de um único contato, o endereço de parentes que se instalaram em Buenos Aires, anos antes. Sem falar uma palavra de qualquer língua ocidental, ao chegar,

constata que no endereço o que se encontra é uma lojinha decadente de um argentino mal humorado. A situação é a de um compartilhamento próximo de zero. A narrativa constrói, entretanto, com verossimilhança comunicacional, o trabalho da diferença, exercido de modo canhestro entre os dois participantes.

Compartilhamento? Exclusivamente o fato de serem e se perceberem seres de uma mesma espécie – e, portanto, capazes de inferir, quase adivinhar, as urgências a serem enfrentadas, desenvolver objetivos (diferenciados) e experimentação estratégica. O filme é um exemplo de microdispositivo gerado em situação de zero-discursividade.

O que me parece relevante, então, nesse aspecto das coisas compartilhadas, é a percepção de que um dispositivo não se compreende pela apreensão de seus códigos, tipicamente plurais. E ainda – dando razão a d'Andréa, em sua preocupação de evitar sobre-ênfase no discurso – que o discurso do dispositivo não é o dispositivo. Seguindo, aqui, a lição de Foucault, quando o dispositivo estabelece seu critério de verdade, este é decorrente e não gerador. Ou, dito de outro modo: o discurso pode ser uma marca das lógicas do dispositivo, mas tais lógicas – que mostram o sistema de relações – não foram os determinantes de sua elaboração.

10. Espaço e temporalidade

Os professores Bruno Leal e Marco Aurélio Prado propuseram questões e comentários articulados, relacionando espaço e tempo e a questão da continuidade e da descontinuidade.

Bruno Leal assinala a tendência, ao se falar em dispositivos, de se acenar o aspecto espacial: “o dispositivo nos ajudaria a ver as coisas em suas posições”. É verdade, penso que isso se encontra na tendência de maior atenção no “dispositivo pronto”. A coisa instituída, percebida em seu funcionamento, mostra sobretudo um relacionamento estabilizado entre os componentes, que por isso mesmo deixam de parecer heterogêneos. O “discurso do dispositivo” (sua verdade) de algum modo faz assumir o sistema de relações, que aparece naturalizado: cada componente “em sua posição”.

Bruno Leal considera então que destacar o espontâneo

ressalta aquilo que, num certo arranjo comunicacional ou situacional, possui algo de original, de peculiar, de um certo imprevisto

[...] permite pensar o dispositivo em termos temporais [...] valorizando uma ideia de descontinuidade.

Efetivamente, dou uma atenção especial a esse ângulo processual que, ao enfatizar a dinâmica constitutiva da comunicação, abre a atenção para examiná-la em sua ação geradora. Bruno assinala, porém, que

chamar de espontâneo, acaba desvalorizando os aspectos de continuidade. A pergunta seria então sobre as linhas temporais que configuram o dispositivo naquele aspecto de continuidade, de repetição, de previsibilidade, ainda que seja imprevisto.

Devo explicitar que a expressão “espontâneo” que uso no artigo “Interagindo com Foucault”, não corresponde a uma proposição de que dispositivos se formam na espontaneidade, que os participantes decidem e agem sem causalidade e sem motivações direcionadoras. A palavra se restringe a expressar que ações e decisões não se conformam a um “projeto racional” que comporia, de modo apriorístico, a composição de estratégias em desenvolvimento (como uma espécie de “teoria da conspiração” predefinindo todos os gestos). Assim, interesses (eventualmente menores), motivações, impulsos, comparecem e participam do direcionamento das coisas. Apenas, o arranjo que resulta das tentativas é o que decorre e não o que direciona. A espontaneidade, aqui, é correlata à da seleção natural, na biologia: a da diversidade de gestos jogados nos embates e selecionados pelo contexto específico; e o fato de que acasos e desencontros podem pesar tanto quanto linhas de causalidade. Mas efetivamente, isso põe o elemento temporal como base dos processos – por isso mesmo, o que importa, em perspectiva comunicacional, é o processo de elaboração, mais que o dispositivo pronto (o agenciamento das posições).

Marco Aurélio, por sua vez, propõe “rever as possibilidades dessa relação entre continuidade e descontinuidade”: há alterações que são garantia de continuidade; há repetições que implicam deslocamentos.

Dar atenção a estas questões, na reflexão sobre os arranjos dispositivos, é relevante, pois exige sairmos de posições explicativas e valorativas a priori. Devemos, em modo analítico, observar os elementos modificadores em ação, os esforços de continuidade, os ajustes apenas mantenedores de compartilhamento já estabelecido.

Em princípio, “códigos” seriam elementos de continuidade – porque garantem que algo que se faz pode continuar a ser feito. Não precisamos reinventar, a cada situação, as estratégias de encaminhamento e o ajuste e composição entre as diferenças em pauta – isso seria pouco eficiente para a sobrevivência da espécie. Por outro lado, o acionamento inferencial seria o elemento modificador, experimental, tentativo, substituidor do estabelecido – logo, o elemento de descontinuidade.

Entretanto, a sociedade humana faz combinações mais complexas entre esses dois elementos processuais – seja para assegurar continuidade (positiva ou estagnante), seja para produzir mudanças – de toda ordem: renovadoras, repressivas, libertadoras ou meramente “de fachada”.

O trabalho inferencial também participa da continuidade, pelos ajustes de um dispositivo à variedade de situações; e os processos de compartilhamento, que “codificam” a ação conjunta, podem ser renovadores e produzir descontinuidade, quando inventam modos de ação comum para modificar um estado das coisas.

Assim, sem parti pris, é preciso examinar – em cada situação – como os processos comunicacionais fazem estacionar as coisas, evitando modificações, produzem rupturas, asseguram continuidade e descontinuidade, fazem avançar ou recuar, transformam, experimentam, inventam. Em situações opressivas, disciplinares, de controle – mas também nas táticas de resistência, de sobrevivência e de renovação. Como fazem diferenças funcionarem em harmonia, mas também como produzem e exacerbam diferenças. Ou, mais exatamente, como nós, seres humanos, fazemos isso tudo acionando nossas possibilidades comunicacionais. Por isso, é preciso perceber continuidades e descontinuidades, sistemas instituídos e processos geradores. Acredito que a heurística do dispositivo, se mantivermos o olhar aguçado para todos os processos, permite perceber o que ocorre e como.

11. Continuidade conservadora

Relacionados ao tópico anterior, foram feitos comentários pela Prof.^a Joana Ziller e pelo Prof. Carlos d’Andréa, sobre a continuidade conservadora. Preferi, entretanto, fazer uma reflexão destacada, porque aqui entram expressamente questões de poder, que no outro ponto, embora implícitos, não apareciam como eixo da questão.

Carlos d'Andréa observa que “essas relações de poder que articulam elementos dos dispositivos são assimétricas”. Referindo proposição de Joana Ziller que em seguida citarei, sugere dar atenção à “tentação de achar que o arranjo está mudando o tempo inteiro. Ou está mudando no sentido de se transformar. As vezes está mudando para que nada mude”. Efetivamente, Joana tinha assinalado “o dispositivo como um arranjo de poder, que serve a uma lógica do saber poder”, como um aspecto do objeto de Foucault.

Temos aqui dois ângulos da noção de continuidade, que se compõem – mas que devem ser percebidos distintos, para efeito de conhecimento. Embora muito facilmente se somem em seus resultados, não são a mesma coisa.

Um dos ângulos é a tendência de continuidade e manutenção das estruturas de poder – questão política e sociológica bastante conhecida, pois as coisas instituídas o foram a serviço de um setor qualquer do conjunto social, em qualquer instância, que tinha saberes e poderes suficientes para predominar. Esta é certamente uma das questões das diferenças entre os seres humanos que geram maiores problemas: a diferença de poderes – originalmente apenas de força física, de esperteza ou malignidade; ao lado disso, foram surgindo outros processos substitutivos ou complementares: poderes econômicos, de organização política, das “verdades” interiorizadas. Joana ilustra muito bem essa questão citando, da literatura, frase de personagem de Margareth Atwood – “para ser melhor para alguém, tem que ser pior para outros”.

Outro ângulo, diverso, é a tendência de continuidade, ainda que inercial, de todo dispositivo. Nesse aspecto distinto, não se trata dos interesses e forças envolvidos, mas da impossibilidade para o ser humano de agir/inventar fora de qualquer sistema, fora de arranjos (de qualquer natureza) que de algum modo façam relacionar as diferenças. Ao mesmo tempo, a dificuldade de inventar constantemente novos sistemas de relações leva a simplesmente manter sistemas estabelecidos, mesmo quando funcionam mal, ou quando se tornam disfuncionais, na mudança de circunstâncias – são as forças do hábito. Joana também observa “uma lógica de sobrevivência do próprio dispositivo, depois que ele surge”.

Na verdade, não existimos socialmente fora de processos de articulação com alguma continuidade. Não possuindo os instintos dos insetos

sociais, que distribuem funções e semelhanças (em padrões de total continuidade), estaríamos em constante situação de caos – desorientados sobre o que e como fazer. Na ausência de comunicação geradora de códigos, estaríamos em situação de inoperância coletiva.

Precisamos, então, de códigos e os inventamos. O código (como processo compartilhado) não apenas é necessário, mas implica, por definição, continuidade. Substituindo instintos padronizadores, representam certa flexibilização destes. Não os poderíamos inventar ad-hoc a cada momento – se isso fosse possível, não seria eficaz. Precisamos de algum tipo de continuidade dos atos humanos, inclusive nas gerações sucessivas, ou teríamos que reinventar a cultura e a civilização a cada geração. Certamente, com isso, um “dispositivo estabelecido” tem um ângulo disciplinador (no mesmo sentido que a cultura), porém diverso dos processos disciplinares socialmente impostos.

Nossa capacidade inferencial abdutiva pode compensar, entretanto, a eventual rigidez dessa continuidade. Assim, a continuidade do dispositivo, favorecida pelos códigos em exercício, pode ser reequilibrada pelas inferências que aciona. Códigos pedem inferências; e inferências, na medida de sua eficácia e reiteração, geram eventualmente códigos novos.

Para continuarmos agindo em comum, precisamos de ajustes. De dois tipos: ajustamos o já compartilhado às especificidades de cada situação; e podemos rever as ações diante da modificação das circunstâncias, para as quais, mudadas as urgências, o já compartilhado não se adapta porque deixou de ser pertinente. Mas esses dois tipos abstratos, na realidade prática das coisas são apenas pontos diversos em continuidade – não existem duas situações radicalmente diferentes que pedem um ou outro tipo de ajuste, de continuidade ou de ruptura, mas uma dimensão contínua de variações, o que faz com que o mero ajuste e a substituição radical de sistemas de relações se confundam.

Essa é minha concepção básica para o dispositivo interacional. Falamos então, de duas continuidades diversas – a do exercício de poderes e a da necessidade dos processos interacionais; e de duas flexibilidades de diferente processualidade – a do ajustar para manter uma situação e a da variação para buscar outras pertinências para necessidades e urgências não atendidas.

Na prática das coisas, é claro que não são separáveis. Todas as diferenças humanas que possam ser usadas em detrimento de uns em favor

de outros será exercida na forma de “poder” (com os saberes aí implicados – que não apenas podem ser direcionados pelos poderes, mas também os conformam, segundo Foucault). O trabalho das diferenças, nessas situações, com maior probabilidade leva a expropriar, a oprimir, a tirar proveito. Os dispositivos criados nestas condições estarão a serviço dos participantes beneficiados, desde sua geração até o exercício de suas “verdades”.

É por isso, aliás, que resisto à ideia de assumir “comunicação” como valor automaticamente positivo. A comunicação pode ser não apenas canhestra, mas também decididamente opressora, mesquinha, desumana. É importante apreender com o que estamos lidando. Não quero, portanto, confundir a lógica interacional do dispositivo com o frequente acionamento controlador e disciplinador dos dispositivos que exercem essas ações. Seria o mesmo que confundir política – suas lógicas, suas possibilidades democráticas realizadas ou não, seu aspecto de negociações bem ou mal sucedidas – com a política de opressores, discriminadora, imediatista, do pior para os outros se não são dos nossos. As lógicas interacionais podem se organizar em toda a gama axiológica do excelente ao detestável, como ocorre também no campo da política.

Acredito que perceber as lógicas interacionais segundo uma analítica e uma heurística do dispositivo com essa perspectiva é mais produtivo para o conhecimento do que atribuir a uma classe de objetos-e-processos do mundo o rótulo de “dispositivos”, por definição categorizados como “de poder”, dispostos genérica e necessariamente como impositivos e interiorizados no sujeito, e contra os quais é necessário assumir um *parti pris* de resistência.

Na mesma perspectiva, não assumo o dispositivo como uma tendência modificadora incessante. Penso apenas que perceber as dinâmicas específicas de dispositivos é necessário (lembrando também que “modificar” pode aparecer em notação positiva ou negativa) porque é aí que distinguimos com mais clareza os processos interacionais em ação – defensáveis ou não. É importante conhecer as variações da realidade.

Como programa de conhecimento, é também relevante desentranhar a comunicação de conceitos sociológicos, políticos e linguísticos. Não porque o conhecimento comunicacional deva ser isolado ou prevalecer – mas porque é um âmbito de trabalho que pode oferecer contribuições

específicas para o conhecimento dos processos humanos e sociais. Contribuições que, hoje, parecem necessárias em determinadas urgências que não serão outramente enfrentadas.

12. Uma perspectiva ampliada do conceito

Joana Ziller observa em minha construção de um olhar disposicional sobre fenômenos de sociedade que

esse conceito parece ser mais amplo do que o ângulo oferecido por Foucault, de dispositivo como conjunto de elementos heterogêneos que funcionam mais para controlar os comportamentos sociais [...] Como pensar o dispositivo enquanto instrumento de ruptura da continuidade?

Se pensamos o dispositivo estritamente como processo disciplinar e de controle de comportamento social, vejo efetivamente duas ampliações a serem feitas, para nos afastarmos desse ângulo restrito. A primeira, entretanto, é já feita por Foucault: a heurística do dispositivo (ou, como quer Deleuze, a filosofia do dispositivo) é mais abrangente que a explicação dos dispositivos disciplinares e de controle estudados pelo autor. Não creio que Foucault restrinja sua filosofia de processos históricos a tais objetos – apenas estes são os que interessaram a sua pesquisa. As conclusões referentes a tais dispositivos tratam das características próprias destes casos – e não do conceito “dispositivo”. Este, em ângulo filosófico, aborda o processo histórico-social da geração de verdades sociais que, embora procurem se dar como verdades universais (portanto “necessárias”), foram socialmente construídas.

Os participantes sociais que detêm qualquer tipo de poder têm muito mais condições que outros de direcionar a constituição de dispositivos sociais. Os dispositivos desenvolvidos no interesse de poderosos, opressores ou mesquinhos, têm o perfil de seus criadores. Mas o processo social é mais amplo. A heurística de Foucault, embora desenvolvida e testada na análise de mecanismos disciplinares, serve também para analisar e compreender outros mecanismos. Essa “ampliação” já está implícita em Foucault, embora seja talvez menos percebida. Podemos observar modos de abordagem e resultados de pesquisas para fazer sobressair essa contri-

buição do autor. Creio, mesmo, que decorre dessa ampliação implícita o fato, muito bem percebido pelo estudo Alzamora, Ziller, d'Andréa, na frase que dá fecho a seu artigo, de que

encarar a mídia como dispositivo [...] pressupõe, assim, um olhar que amplia mais do que recorta, que busca complexificações, que não se limita a recortes disposicionais isolados, mas toma de forma ampla os fenômenos, sem descuidar de suas inserções cotidianas (2018, p. 79).

Sobre a perspectiva foucaultiana abrangente, efetivamente, busco ainda outra ampliação, direcionada a meus objetos de pesquisa. Ao procurar exercer a heurística dispositiva para esquadrihar dispositivos interacionais, dadas as características possíveis destes, sou levado a propor derivações na própria heurística – o que é natural, aliás, para uma estratégia metodológica de tal poder de esquadrihamento analítico. Elaborada e testada em um tipo especial de materiais sociais, não poderia estar plenamente “pronta” sem ser testada em muitos outros tipos de materiais e processos.

No que se refere à possibilidade do dispositivo como instrumento de disrupção de continuidade (para superar uma continuidade nociva ou superada) creio verdadeiramente que a sociedade tem tal competência. Não digo isso que seja fácil – e certamente não está inscrito no fato da comunicação. Mas vemos, na história, que as sociedades geram “dispositivos em ruptura” – em pelo menos dois níveis.

Eventualmente, a sociedade rompe com o que considera insuportável nos poderes de controle exercidos. A insuportabilidade é a urgência com a qual setores sociais se defrontam. Tal urgência pode levar a objetivos e estratégias com alguma possibilidade de sucesso – que podem variar entre negociações, movimentos sociais, ocupação de espaços voltados para a modificação das coisas, desenvolvimento de competências superadoras, até o puro e simples enfrentamento. Nos âmbitos mais democráticos, a educação pode ter forte papel nesse aspecto.

Tudo isso tem a potencialidade de geração de dispositivos sociais superadores de poderes estabelecidos. As condições sociais de produção e de distribuição de direitos e deveres são, em geral, muito pouco “civilizadas” – de modo que a situação majoritária está sempre muito abaixo

do desejável. Mas a constante recriação de processos democráticos é uma evidência da potencialidade humana de desenvolver dispositivos sociais superadores e com algum equilíbrio. Mais que isso, “democracia” é o nome de um macro dispositivo em construção há mais de dois mil anos, através de um perpétuo preenchimento estratégico. Cidadania, mais que um conceito, é um dispositivo social – favorecedor de pelo menos alguns espaços de equilíbrio de diferenças, na medida mesmo em que propõe uma igualdade básica que atravessa todas as diferenças. Difícil de realizar, sabemos. Mas a própria existência da busca é um programa civilizacional.

O outro nível que refiro é a competência humana de invenção de processos “em paralelo” – no âmbito do crescimento, da criatividade, da solidariedade, como nichos de sobrevivência psicológica e social em que a interação humana pode tornar a vida suportável. Uma parte significativa da experimentação social se desenvolve nestas linhas. Michel de Certeau refere táticas dos dominados como um processo da ordem dos dispositivos sociais.

Creio que usar a heurística nessa percepção aberta e ampliada para compreender como a sociedade faz surgir tais processos é uma ação analítica importante para o conhecimento comunicacional.

Isso corrobora a observação de Joana, de que “esse conceito [ampliado] nos permite pensar uma diversidade muito grande de objetos”.

| Conclusão

O conjunto palestra-conversa-artigo é um dispositivo combinatório. Muito frequentemente, na atividade acadêmica, questões tratadas em artigos são base para seminários e palestras, pelo próprio autor ou por colegas. Inversamente, também, apresentações que começam pela oralidade se desenvolvem em materiais publicados.

O que quero enfatizar neste texto, que articula os processos da escrita, da apresentação oral, do debate e do retorno à escrita, é que esse dispositivo conjunto deve ser percebido para além de uma “economia dos materiais acadêmicos” que os faz render e circular em intensidade e abrangência. Certamente, isso é feito. Considerando o alcance da oralidade e da circulação impressa em uma sociedade dinamizada pelos “novos meios”, que exacerbam circulações de mega alcance, o processo dos circuitos acadêmicos não pode deixar de buscar a interação de seus processos.

Mas isso, na substância, é secundário. O que quero assinalar é a produtividade epistemológica possível da articulação entre escrita e debate. A lógica de uma epistemologia evolutiva é a de uma circulação de hipóteses, conjecturas e resultados de pesquisa submetidos a debate e a tensionamento, assim como à transferência para outros âmbitos de aplicações.

Se nas ciências naturais o teste das proposições se faz sobretudo por verificações indutivas, em laboratórios, e por controles dedutivos, nas ciências humanas e sociais, além do indutivo-dedutivo, temos a necessi-

dade adicional de testar o alcance de validade das proposições interpretativas – que só se consegue fazer pela circulação e pelo debate.

Os principais modos de ajustar os âmbitos de alcance, de ampliar ou extinguir hipóteses e conjecturas, de fazer o ajuste de proposições decorrentes da pesquisa sobre um tipo de objetos para a interpretação de outros objetos, de fazer transferências de conhecimento entre situações sempre diversas, são as pesquisas diversificadas, que redirecionam proposições entre problemas diversificados; e o debate para aprofundar questões a serem refletidas.

De minha parte, no presente texto, assinalo particularmente minha aprendizagem pessoal, decorrente da necessidade de refletir sobre as questões recebidas ao propor minhas conjecturas. É o que espero ter exposto no presente artigo.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Revista Outra Travessia**, Florianópolis: UFSC, 5:9-16, 2005 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>

ALZAMORA, Geane; ZILLER, Joana; D'ANDRÉA, Carlos. Mídia e dispositivo: uma aproximação à luz de Michel Foucault. In LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (org.) **Textualidades Midiáticas**. Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, 2018, p. 59-81

BRAGA, José Luiz. Análise performativa: cem casos de pesquisa empírica. In Braga, José Luiz; Lopes, Maria Immacolata Vassallo de; Martino, Luiz Cláudio (org.), **Pesquisa Empírica em Comunicação**. Brasília: Compós (Livro Compós), 2010a, p. 403-423.

BRAGA, José Luiz. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro: PUC/RJ, vol. 10, série 20, p. 41-54, 2010b.

BRAGA, José Luiz. Nem rara nem ausente – tentativa. **Matrizes**, vol. 4, Série 1, São Paulo: ECA/USP, p. 65-81, 2010c.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos Interacionais, in **Anais do XX Encontro Anual da Compós**, GT Epistemologias da Comunicação, Porto Alegre: UFRGS, 14 a 17 de junho, 2011. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1657.doc

BRAGA, José Luiz. O que a comunicação transforma? In Braga, José Luiz; Ferreira, Jairo; Fausto Neto, Antonio; Gomes, Pedro Gilberto (org.) **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013, p. 156-171.

BRAGA, José Luiz. O grau zero da comunicação. **E-Compós**, Brasília: Compós, 18/2:1-17. 2015. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1161/833>

BRAGA, José Luiz; Calazans, Regina; Rabelo, Leon; Casali, Caroline; Machado, Michelli; Melo, Paula; Zucolo, Rosana; Medeiros, Ana Lúcia; Benevides, Pedro; Klein, Eloísa; Xavier, Monalisa Pontes; Pares, André. **Matrizes Interacionais – a comunicação constrói a sociedade**. Campina Grande: EDUEPB, 2017, 449 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/59g2d>

BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault - os arranjos posicionais e a comunicação. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, São Leopoldo: Unisinos, vol. 6, série 12, p. 81-91, 2018.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: **Rencontre Internationale Michel Foucault philosophe**. Paris 9 à 11 janvier 1988. Paris: Éditions du Seuil, 1989, p. 185-195.

DESCOMBES, Vincent. **Les institutions du sens**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1996.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Sobrevivência dos vaga-lumes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011

FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. Entrevista dada à revista *Ornicar*? In: Michel FOUCAULT, **Dits et écrits**, Tome III. Paris: Gallimard, 1994, p. 298-329, 1977.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989, 1986.

REVUE HERMÈS. **Le dispositif entre usage et concept**. Paris: Institut des sciences de la communication/CNRS, n° 25, 1999. Disponível em: <http://documents.irevues.inist.fr/handle/2042/14700>

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JOSÉ LUIZ BRAGA

Professor Titular e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos (RS) desde 1999, tendo coordenado o Programa de 2002 a 2004. É Pesquisador 1A do CNPq. Doutor em Comunicação pela Université de Paris II, Institut Français de Presse (1984). Atua principalmente nas seguintes áreas de interesse: métodos de pesquisa em Comunicação; crítica mediática; mediatização.